

I - A ficha de inscrição será substituída por um requerimento dirigido à Comissão Organizadora do Concurso, contendo os seguintes elementos de identificação do candidato:

- a) nome, qualificação e endereço;
- b) número da cédula de identidade, data da expedição e órgão expedidor;
- c) número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, quando for o caso;
- d) declaração de ser, ou não, deficiente físico, não ter antecedentes criminais e ter a prática profissional exigida;
- e) dados relativos à sua situação eleitoral e de serviço militar.

II- Juntada de:

- a) comprovante do depósito referido no item 4.II ou cheque nominativo naquele valor, cruzado, pagável na Cidade do Rio de Janeiro, em nome do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado;
- b) cópia reprográfica autenticada da cédula de identidade ou da carteira expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil.

4.4 - A inscrição de pessoas portadoras de deficiência física (Constituição Estadual - art. 338, inciso I), far-se-á na forma da Lei nº 1.224, de 11.11.1987 e ficará condicionada à possibilidade de realização das provas em condições que não importem em quebra de sigilo, com a identificação do candidato, ou não ensejem seu favorecimento.

4.4.1 - A Comissão Organizadora ou o Relator poderão, antes de deliberar sobre qualquer pedido de inscrição, solicitar a prévia inspeção médica oficial do requerente, para comprovação de condições para o exercício do cargo.

5. O candidato será automaticamente excluído da competição se vier a completar a idade de 65 (sessenta e cinco) anos, ainda que aprovado, até a data da posse.

6. O pedido de inscrição por procurador deverá ser instruído com o respectivo instrumento de mandato.

7. Os pedidos de inscrição serão decididos pela Comissão Organizadora, com base em exposição global de seu Secretário.

7.1 - Serão publicados no Diário Oficial-Seção I:

I - O número de inscrição e o nome dos candidatos com inscrição deferida, admitidos à PROVA ESCRITA GERAL;

II - O número da ficha de inscrição dos candidatos cujos pedidos tenham sido indeferidos.

8. O candidato poderá interpor, em petição datilografada e de forma funda-

mentada, recurso à Banca Examinadora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da publicação do resultado, no Diário Oficial do Estado - Parte I, de cada uma das etapas do concurso, previstas no art. 19, incisos I e II do Regulamento, observadas as seguintes normas:

8.1 - O pedido deverá ser entregue no Protocolo da Procuradoria-Geral do Estado, situado na Rua Dom Manuel, 25 - térreo - Centro, no horário de 11:00 às 16:00 horas.

9. O Concurso será válido por 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período (Constituição Estadual - art. 77, inciso IV).

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1997.

FERNANDO CAVALCANTI WALCACER  
Procurador-Chefe do CEJUR  
Presidente da Comissão Examinadora

## PROVA ESCRITA GERAL

08 DE MARÇO DE 1998

### DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

#### QUESTÕES

**TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS  
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO,  
A LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

1ª QUESTÃO - Valor: 30 pontos

Enumere e disserte brevemente sobre as restrições à revogação de atos administrativos.

**2ª QUESTÃO - Valor: 40 pontos**

Na ocasião da abertura de propostas de uma licitação do tipo "menor preço", a comissão verifica que um bloco de informações apresentado por uma empresa habilitada foi preenchido em desacordo com o Edital.

O Edital pedia que no referido bloco constassem o número de telefone da licitante e seu registro no CGC, datilografados, e a referida proposta, preenchida com um carimbo, não continha esses dados. A Comissão de Licitação entendeu desclassificar a empresa "por não atender as exigências do ato convocatório da Licitação".

Inconformada, a empresa recorre, alegando, em síntese, que havia sido ultrapassada a fase habilitatória, que ficara demonstrado que a proposta de menor preço era a sua e que o excessivo rigor era, afinal, além de antijurídico, prejudicial ao interesse público.

Examine o recurso à luz dos princípios informadores das licitações públicas.

**3ª QUESTÃO - Valor: 30 pontos**

Após três dias de greve, com paralisação total dos serviços, os empregados da Empresa Pública de Transportes do Estado - EPTERJ lograram obter da direção da empresa a celebração de acordo coletivo para evitar as demissões que vinham ocorrendo, firmado com o sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, que escolheram para representá-los. Pelo acordo ficou restabelecida a redução da jornada, com proporcional redução dos salários, por um período de seis meses. Ajustou-se, ainda, o pagamento dos dias parados de greve.

O Governo Estadual não concordou com a solução negociada e decretou a nulidade do acordo coletivo, determinando, ainda, o desconto salarial dos dias parados.

Em contrapartida, enviou projeto de lei à Assembléia Legislativa determinando a redução da jornada dos empregados, sem redução dos salários, pelo mesmo período.

Pergunta-se:

- 1 - Havia ilegalidade formal ou material que justificasse a sua anulação?
- 2 - A greve foi lícita ou abusiva?
- 3 - Pode a lei estadual estabelecer a redução de jornada?

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO****1ª QUESTÃO - Valor: 60 pontos**

Disserte sobre a admissibilidade da impetração de mandado de segurança contra decisão interlocutória de órgão jurisdicional de 1º grau no processo civil comum e no trabalhista.

**2ª QUESTÃO - Valor: 40 pontos**

Sentença transitada em julgado acolheu o pedido de reivindicação de determinado imóvel, formulado por PAULO, repelindo a alegação de usucapião levantada na contestação pelo réu, JOÃO.

Pode JOÃO, posteriormente, promover ação de usucapião do mesmo imóvel, que se encontra registrada no registro de imóvel competente em nome de PAULO?

**DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÕES****1ª QUESTÃO - Valor: 35 pontos**

Em que hipótese, no direito brasileiro, uma norma da Constituição poderá ser pronunciada inconstitucional?

**2ª QUESTÃO - Valor: 35 pontos**

Comente o princípio da proporcionalidade, também chamado de princípio da razoabilidade ou ainda princípio da vedação do excesso. E informe se ele é entendido como integrante do texto da Constituição brasileira de 05.10.1988 e, se o for, em que preceito dela se situa.

**3ª QUESTÃO - Valor: 30 pontos**

Comente os seguintes dispositivos constantes de regulamentos de concursos públicos:

- para admissão de guardas penitenciários de um estabelecimento feminino, estabeleceu-se que somente mulheres poderiam candidatar-se;
- para admissão de guarda-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo, estabeleceu-se que mulheres não poderiam candidatar-se;
- para admissão de Procuradores do Estado, estabeleceu-se que mulheres acima de 40 (quarenta) anos não poderiam candidatar-se.

## DIREITO CIVIL E COMERCIAL

### QUESTÕES

1ª QUESTÃO - Valor: 30 pontos

Distinga:

- a responsabilidade contratual da responsabilidade aquiliana;
- a responsabilidade subjetiva da responsabilidade objetiva.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 pontos

É viável o pedido de reintegração de posse de um imóvel feito pelo promitente vendedor e possuidor indireto, pelo descumprimento do compromisso de compra e venda que estabelece cláusula resolutória expressa do pacto na hipótese de inadimplemento, sem a propositura prévia da ação destinada a rescindir o contrato?

3ª QUESTÃO - Valor: 40 pontos

Quando o administrador de sociedade anônima, por ter agido contra o estatuto, responde pelos danos causados à empresa, essa responsabilidade se assenta:

- no princípio da desconsideração da personalidade jurídica?
- no princípio da solidariedade entre a sociedade e seus administradores? ou
- nas normas sobre responsabilidade civil dos administradores?

Indique qual a resposta correta, apresentando a sua fundamentação e, igualmente, demonstre porque as demais respostas não se aplicariam à hipótese.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### QUESTÕES

1ª QUESTÃO - Valor: 30 pontos

A Administração de certo Estado, que não editou lei ordinária regulando a cobrança do ICMS em seu território, decide exigir o pagamento desse imposto sobre as saídas de mercadorias vendidas pelos comerciantes nele estabelecidos.

Como fundamento de sua decisão, invoca lei complementar nacional que assim dispõe:

“Art. ... - O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação tem por fato gerador:

I - a saída de mercadorias do estabelecimento do contribuinte; ...”

É LEGÍTIMA ESSA INICIATIVA DA ADMINISTRAÇÃO?

2ª QUESTÃO - Valor: 40 pontos

Determinado contribuinte pretende pagar certo tributo estadual que deve, mediante dação ao Estado de um bem de propriedade dele, contribuinte.

É LEGÍTIMA ESSA PRETENSÃO DE EXTINGUIR CRÉDITO TRIBUTÁRIO SOB TAL MODALIDADE?

3ª QUESTÃO - Valor: 30 pontos

Certo contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana todos os anos satisfaz o imposto, pontualmente, tão logo recebe a notificação que lhe expede a Administração.

No ano de 1991, no entanto, a Administração deixou de enviar tal notificação ao contribuinte. Este, em 1995, percebendo a falha, dirige-se por escrito à Administração, requerendo que lhe seja notificado o valor do imposto relativo a 1991, que deve.

No ano de 1999, a Administração realiza o lançamento e expede a notificação do IPTU relativo a 1991, mas o contribuinte impugna a cobrança alegando que, por decurso de tempo, não mais deve o tributo.

A Administração insiste na cobrança, sustentando que, tendo reconhecido, em 1995, ser devedor do IPTU de 1991, o contribuinte havia interrompido o prazo para exigência do tributo, nos termos do art. 172, V, do Código Civil, verbis:

“Art. 172. A prescrição se interrompe:

.....  
V - Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor”.

DIZER QUEM ESTÁ COM A RAZÃO: O CONTRIBUINTE OU A ADMINISTRAÇÃO?